

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 19/2021

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2020 de prestação de serviços que entre si fazem a Companhia de Saneamento Municipal - **CESAMA** e a empresa **RBO Serviços Públicos e Projetos Municipais EIRELI EPP**.

CONTRATANTE, Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, empresa pública municipal, situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843 – 8º ao 11º andares – Centro (CNPJ nº 21.572.243/0001-74), neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Júlio César Teixeira, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, e a **CONTRATADA**, empresa RBO Serviços Públicos e Projetos Municipais EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.521.281/0001-89, situada na Rua Ytaipú, nº 439 – Bairro Mirandópolis – São Paulo /SP (CEP 04.052.010), neste ato representada por Marcos Alexandre Barioni de Oliveira, brasileiro, casado, CPF 083.973.608.83, em conformidade com a Lei 13.303/2016, conforme justificativa de fls. 407/411 e 450/453 e autorização da Diretoria Executiva através das Deliberações nºs 173/20 (fl. 464) e 11/21 (fl. 463), constantes do **Pregão Eletrônico Nº 78/19**, firmam o presente aditivo conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo contratual previsto na cláusula quarta do **Contrato nº 05/2020** será aditado por mais **317 (trezentos e dezessete) dias**, ficando prorrogado de 07 de abril de 2021 a 18 de fevereiro de 2022, com base no art. 151, §2º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Este instrumento suprime 39,87% aos quantitativos inicialmente contratados, alterando o valor da cláusula terceira, passando para **R\$ 218.834,82 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos)**, com fundamento no art. 81, VI, 2º da Lei 13.303/16 e art. 153, VI, §3º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As partes acordam acrescentar ao Contrato nº 005/2020 a CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO, comprometendo-se nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

13.2. As PARTES declaram por si, por seus empregados, sócios e colaboradores, estar em plena conformidade com as leis e regulamentos de anticorrupção,

incluindo, mas não se limitando, à legislação nacional específica, às Convenções e Pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, tais como OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions (Convenção da OCDE sobre combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros ou transações comerciais internacionais), Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA), e a UN Convention Against Corruption (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

13.3. As PARTES endossam todas as leis, normas, regulamentos e políticas relacionados ao combate a corrupção aplicáveis, obrigando-se a abster-se de qualquer atividade ou ato que constitua violação às referidas disposições.

13.4. As PARTES por si, por seus administradores, diretores, empregados, bem como por sócio que venha a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais durante toda a vigência deste instrumento de forma ética e em conformidade com as normas aplicáveis.

13.5. As PARTES por si, por seus empregados, sócios, colaboradores, terceiros contratados e fornecedores agindo em seu nome, não deve, direta ou indiretamente, dar, oferecer, pagar, promover pagar, autorizar o pagamento de qualquer importância em dinheiro, ou mesmo qualquer coisa de valor, benefício, doação, vantagem a qualquer autoridade, consultor, representante, parceiro, ou quaisquer terceiros com a finalidade de influenciar quaisquer atos ou decisões do agente de governo ou para assegurar qualquer vantagem indevida.

13.6. As PARTES declaram que não praticam e se obrigam a não praticar quaisquer atos que violem a lei anticorrupção.

13.7. As PARTES concordam em fornecer prontamente, sempre que solicitada, evidencia de que está atuando diligentemente na prevenção de práticas que possam violar as leis anticorrupção.

13.8. As PARTES obrigam-se a manter seus livros, registros, contas e documentos contábeis organizados e precisos, assegurando-se de que nenhuma transação seja mantida fora de seus livros e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

13.9. A CONTRATADA concorda que o CONTRATANTE terá o direito de, sempre que julgar necessário, com auxílio de auditores, auditar todos os livros, registros, contas e documentações de suporte para verificar o cumprimento de quaisquer leis anticorrupção aplicáveis, sendo que a CONTRATADA se compromete a cooperar totalmente com qualquer auditoria ou solicitação de documentos.

13.10. Independentemente de quaisquer investigações ou processos terem sido iniciados pelas autoridades, caso surjam denúncias ou indícios razoavelmente fortes de que a outra parte violou a lei anticorrupção, a PARTE inocente terá o direito de suspender ou rescindir o contrato, sem prejuízo da multa pela rescisão.

13.11. As PARTES comprometem-se a praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais em observância à legislação aplicável.

13.12. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da CESAMA, disponível para consulta no site da CESAMA,

no endereço eletrônico
http://www.cesama.com.br/site/uploads/paginas_arquivos/124/15747035809.pdf e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

CLÁUSULA QUARTA:

Ratificam-se as demais cláusulas do contrato original que não foram alteradas por este instrumento.

Juiz de Fora, 26 de março de 2021.

Júlio César Teixeira
Diretor Presidente - CESAMA

Nome e Cargo do Representante Legal
RBO Serviços Públicos e Projetos Municipais
EIRELI EPP

Testemunhas: 1)

2)

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 19/2021**ANEXO**

Cargos	Vagas a serem ofertadas	Nº Inscrições Estimadas	Valor da Taxa de Inscrição (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
Nível Médio	5	3.128	27,99	87.552,72
Nível Médio Técnico	4	405	30,62	12.401,10
Nível Superior	9	2.516	47,25	118.881,00
Total Estimado	18	6.048	-	218.834,82